

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 252218-9**

**Apelante** : RANIERY GOMES DE FARIAS  
**Apelado** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Origem** : 2ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes-PE  
**Relator** : Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
**Revisor** : Des. Antonio de Melo e Lima  
Procurador(a) de Justiça: Dr(a). Renato da Silva Filho  
**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. ART.168, §1º, III DO CP. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO. NEGATIVA DE AUTORIA. NÃO CABIMENTO. DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS EM HARMONIA. DOSIMETRIA DA PENA. CONFUSÃO ENTRE AGRAVANTE E CAUSA DE AUMENTO. *BIS IN IDEM* CARACTERIZADO. REDUÇÃO DA PENA. REGIME INICIAL SEMIABERTO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de APELAÇÃO CRIMINAL nº 252218-9, em que figuram como partes as acima qualificadas, **acordam** os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de 19/03/2013, à unanimidade de votos, em **dar provimento parcial ao recurso**, fixando a pena do acusado, RANIERY GOMES DE FARIAS, em **2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, e 30 (trinta) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato para cada dia-multa**, mantendo-se os demais termos da decisão atacada, consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte desse julgado.

Recife, 19 de Março de 2013.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
Relator



256  
mef

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 252218-9**

**Apelante** : RANIERY GOMES DE FARIAS  
**Apelado** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Origem** : 2ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes-PE  
**Relator** : Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
**Revisor** : Des. Antonio de Melo e Lima  
**Procurador(a) de Justiça**: Dr(a). Renato da Silva Filho  
**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação criminal interposta por RANIERY GOMES DE FARIAS contra a sentença do Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal De Jaboatão dos Guararapes-PE, que julgou procedente a denúncia condenando o acusado nos termos do art.168, § 1º, III do Código Penal, fixando a pena definitiva em 3 (três) anos e 2 (dois) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, e 30 (trinta) dias-multa, no valor de R\$200,00 (duzentos reais) o dia-multa. (fls.213/218)

Nas razões do recurso, fls.259/274, a defesa afirma que o réu não tinha a intenção de se apropriar do veículo, ressaltando que quanto à retirada das peças, inexistem provas informando que a subtração se deve ao apelante. Salaria que se deve levar em consideração o desgaste natural das peças e o depoimento da testemunha Dimas Batista, às fls.146, contando a ocorrência de furto no terreno onde o caminhão era guardado. Em seguida, alega que há nulidade na análise da pena, pois o magistrado não apreciou as circunstâncias judiciais conforme determina o art.59 do CP. Pugna, ao final, pela aplicação do regime aberto para o cumprimento da pena.

Contra-razões às fls.277/278 requerendo a manutenção da sentença.

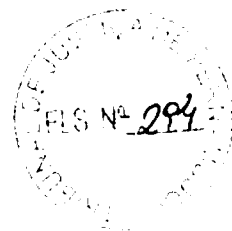
A douta Procuradoria de Justiça ofereceu parecer pelo não provimento do apelo (fls.281/283).

É o Relatório.

À douta Revisão.

Recife, 10 de 01 de 2018.

  
**Des. Antônio Carlos Alves da Silva**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 252218-9**

**Apelante** : RANIERY GOMES DE FARIAS  
**Apelado** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Origem** : 2ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes-PE  
**Relator** : Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
**Revisor** : Des. Antonio de Melo e Lima  
**Procurador(a) de Justiça**: Dr(a). Renato da Silva Filho  
**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

**VOTO DE MÉRITO**

No caso em tela, o apelante, RANIERY GOMES DE FARIAS, foi denunciado, por ter, no dia 09 de maio de 2007, na condição de proprietário de loja de compra e venda de caminhão, alugou de Elizabete dos Santos Pinheiro o veículo Mercedes Benz, ano 1998, de placas MNW-5970, desmontando as peças e repassando-as, sem autorização da proprietária.

Consta da denúncia que “(...) a vítima, uma vez que não vinha recebendo o aluguel mensal do referido automotor, procurou o caminhão, localizando-o em uma oficina próxima ao estabelecimento comercial do denunciado, totalmente depredado. (...)” fl.03

Como dito no relatório, o apelante foi condenado nos termos do art.168, § 1º, III do Código Penal, fixando a pena definitiva em 3 (três) anos e 2 (dois) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, e 30 (trinta) dias-multa, no valor de R\$200,00 (duzentos reais) o dia-multa.

No recurso apelativo, a defesa ~~de~~ aduz que o réu não tinha a intenção de se apropriar do veículo, ressaltando que quanto à retirada das peças, inexistem provas informando que a subtração se deve ao apelante. Salienta que se deve levar em consideração o desgaste natural das peças e o depoimento da testemunha Dimas Batista, às fls.146, contando a ocorrência de furto no terreno onde o caminhão era guardado. Em seguida, alega que há nulidade na análise da pena, pois o magistrado não apreciou as circunstâncias judiciais conforme determina o art.59 do CP. Pugna, ao final, pela aplicação do regime aberto para o cumprimento da pena.

Feitas essas considerações, passa-se à análise dos autos.

Cumprе destacar que o doutrinador Celso Delmanto no Código Penal Comentado (8 ed., p.603) ensina que “(...) *Apropriar-se é fazer sua, tomar para si. É necessário que preexista posse ou detenção justas (lícitas); ou seja, a coisa deve ter*

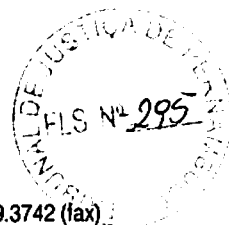
mdr



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



*sido antes entregue ao agente pelo ofendido, sem fraude nem violência (consentimento não viciado). (...) Para tanto, é necessário que haja o dolo específico, isto é, vontade livre e consciente de apropriar-se, de desviar a coisa da finalidade para que foi entregue.*

Em juízo, a vítima, ELIZABETE DOS SANTOS PINHEIRO, declarou que:

**"(...) alugou o caminhão Mercedes Bens, 1998 de placa MNW 5970 ao Sr. Raniere no mês de julho de 2005, ficando o locador na obrigação de pagar o aluguel mensal no valor de R\$ 1.400,00. Que o acusado pagou um ano a locação do veículo e depois deixou de pagar porque quis. Que o acusado está devendo o aluguel desde julho de 2006. Que o acusado nunca lhe chamou para tratar de rescisão do contrato de locação do caminhão e dizia que o caminhão estava no Estado de Alagoas. Que foi a Sra. Elizabeth Albuquerque Siqueira que é proprietária do imóvel onde o acusado tinha desmontado o seu caminhão e estava vendendo as peças do veículo. Que ela depoente ia procurar o acusado para receber o aluguel no endereço da estrada da batalha e lá passava o dia todo e o acusado não comparecia e dizia que estava viajando. Que nunca mais ela depoente viu o seu caminhão. Que ela depoente compareceu no endereço da estrada da batalha nº189, no dia 1º de setembro de 2008, para receber o caminhão prometido pelo acusado às fls.112, não pode retirar o caminhão porque estava todo depenado: o caminhão estava faltando o Cardan, a caçamba. Que toda parte elétrica do carro não está funcionando. Que o motor do caminhão está batido. Que ela depoente estava fora de casa na data de ontem e quando chegou encontrou o caminhão em frente de casa. Que a sua mãe estava em casa e disse que o caminhão foi levado por um guincho até sua porta." fls.144/145**

O depoimento da testemunha, ELIZABETE ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA, está em harmonia com as declarações da vítima, senão vejamos:

**"(...) que ela depoente mora na Estrada da Batalha nº189, cujo imóvel é dividido em duas partes, um para sua residência e outro para comércio que está alugada ao acusado Sr. Raniere, desde o ano de 2003. Que o Sr. Raniere trabalha com ferro velho e consertos de caminhões. Que ela depoente viu o caminhão da Sra. Elizabeth Santos Pinheiro no estabelecimento comercial do Sr. Raniere ali na estrada da batalha nº189. Que a Sra. Elizabeth lhe disse que tinha alugado o caminhão ao Sr. Raniere. Que o caminhão é da marca Mercedes Benz e tipo caçamba para carregar areia, pedras e outras mercadorias e era dirigido pelo motorista do Sr. Raniere. Que D. Elizabeth Santos comparecia para receber o aluguel do caminhão, que o Sr. Raniere pagava no começo do contrato, mas depois deixou de pagar. Que o Sr. Raniere retirou o caminhão do local e colocou em outro local, mas ela depoente soube onde estava e avisou a D. Elizabeth Santos. Que o caminhão estava dentro do mato, todo desmontado, próximo da casa dele depoente, no outro lado da rua, oposta a estrada da batalha." fl.145**

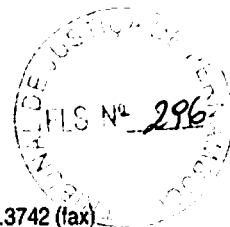
A testemunha, DIMAS BATISTA DA SILVA, vulgo 'Dema', afirmou que:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



"(...) Que ele depoente trabalhou com serviço de reciclagem vizinho na rua oposta a estrada da batalha ao nº 189, onde o Sr. Raniere tinha serviço de mecânica de carro. Que o caminhão da Sra. Elizabete Santos foi deixado no terreno onde ele depoente tinha o serviço de reciclagem. Que ele depoente veio a saber que aquele caminhão pertencia a Sra. Elizabete porque esta lhe falou após a polícia ali aparecer. Que faz um oito meses que ele deixou o local onde ele fazia serviço de reciclagem. Que Sr. Raniere retirou o caminhão do local depois que ele depoente deixou de fazer o serviço de reciclagem. Que o caminhão ficou ali parado. Que foram roubadas algumas peças do caminhão, como também algum material dele depoente. Que ele depoente comunicou esse furto ao Sr. Raniere e o Sr. Raniere substituiu as peças do caminhão que tinha sido furtada. Que não sabe o motivo porque o Sr. Raniere deixou o caminhão ali dentro do mato. **Que o caminhão não apresentava avaria quando foi deixado ali no mato pelo Sr. Raniere.** Que o local onde o caminhão foi deixado e onde o depoente fazia reciclagem era murado e o mato era tipo capim. (...)" fl.146

O próprio acusado confirma, em seu interrogatório, que alugou o veículo da vítima, negando, contudo, ter desmontado o veículo alegando que o automóvel: *"(...) está em perfeito estado de funcionamento só precisando colocar a caixa de marcha no local (...)".* (fl.111)

Ocorre que, foi realizado exame pericial no veículo em tela (fl.166), momento em que o Perito Criminal constatou, *"(...) a ausência de diversos componentes funcionais, em partes do motor, da cabine, do sistema de ar comprimido e de cinco rodas, o que impossibilitava o funcionamento e utilização do veículo, para a finalidade a que se destina (...)",* consoante ilustrações fotográficas de fls.194/200.

Destarte, em que pese a negativa do acusado, a prova carreada ao processo demonstra que ele se apropriou do veículo da vítima, desmanchando-o e repassando as peças sem autorização da proprietária.

Ademais, o fato de o acusado esquivar-se da vítima, sempre a dizer que estava em viagem, demonstra a sua intenção de se apropriar indevidamente do automóvel.

Vê-se, pois, que a autoria e a materialidade delitiva estão cabalmente configuradas e comprovadas nos autos, por meio dos depoimentos testemunhais e documentos juntados.

A conduta do acusado amolda-se ao art.168, §1º, III do CP. Vejamos o teor da norma:

Art.168. Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção.

Pena – reclusão, de 1 a 4 anos, e multa.

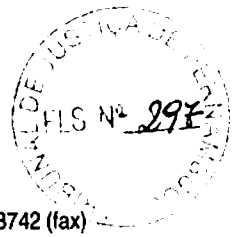
§1º A pena é aumentada de um terço, quando o agente recebeu a coisa:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



(...)

III – em razão de ofício, emprego ou profissão.

É cediço que nos crimes contra o patrimônio a palavra da vítima tem relevante valor probante, desde que segura e coerente com os demais elementos dos autos, senão vejamos:

**“A palavra da vítima, quando se trata de demonstrar a ocorrência de subtração e do reconhecimento da autoria de um roubo, é de suma valia. Ela é a pessoa que possui contado direto com o roubador ou com os roubadores. Se o delito é praticado na presença de outras pessoas, os depoimentos destas são importantes para robustecer as declarações da vítima. Se o delito é praticado sem que outra pessoa o presencie, a palavra da vítima é que prepondera. A preponderação resulta do fato de que uma pessoa nunca irá acusar desconhecidos da prática de uma subtração, quando esta incorreu. Não se pode argumentar de acusação motivada por vingança ou qualquer outro motivo, quando os envolvidos não mantêm qualquer vínculo de amizade ou inimizade, quando são desconhecidos entre si”. (TACRIM-SP - AC - Rel. Almeida Braga - JUTACRIM 100/250).**

É evidente que, na questão em apreço, o depoimento da vítima está em total harmonia com as demais provas colhidas nos autos, consoante acima descrito, pois os fundamentos meritórios evidenciam que a conduta praticada se revestiu do dolo específico a caracterizar o delito.

Dentro desse contexto, ao contrário do alegado, o acervo probatório reunido impõe a condenação do denunciado nos termos descritos na sentença. A análise de todo o conjunto probatório leva à conclusão de que o magistrado *a quo* decidiu com base em elementos incontestavelmente inseridos no processo, daí porque justa e acertada a condenação do apelante, RANIERY GOMES DE FARIAS.

Assim sendo, repita-se, o pleito recursal respeitante à negativa de autoria do apelante, Raniery Gomes de Farias, não merece guarida. Destarte, deve ser mantida a sua condenação nos termos do art.168, §1º, inciso III do CP.

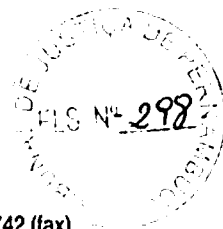
No que diz respeito à dosimetria da pena, verifica-se que o magistrado sentenciante, assim pontuou:

**“(...) Não possui antecedente criminal, pois embora possua outras ocorrências policiais por apropriação indébita, inclusive com outro processo criminal em curso, ainda não possui condenação transitada em julgado. Não há informação quanto à conduta social. Quanto à personalidade, é criminosa. Instala-se com comércio de compra e venda de caminhões usados e para vender melhor o caminhão, consegue vítima que lhe entrega caminhão a título de locação que ele réu desvia para desmontar para fazer outro caminhão e vender e assim obter o lucro ilícito contra o patrimônio alheio. Para assim proceder, se apresenta como pessoa violenta, para que a vítima recue e não o denuncie. Comparece em juízo consciente de que**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



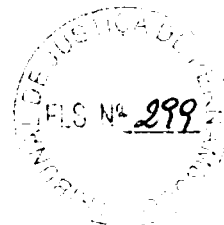
desmontou o caminhão e promete entregar, restituir o bem (três) dias depois, sabendo da impossibilidade de fazer, já que tinha retirado as peças do veículo e deixado este abandonado dentro do mato, demonstrando assim que não está preocupado com a lei penal, não está preocupado com o respeito à justiça a quem promete para enganar da mesma forma que engana a vítima. Não justifica o **motivo** de se estabelecer como comerciante para se apropriar do patrimônio alheio. A **circunstância** de se estabelecer como comerciante de compra e venda de caminhões, para enganar as vítimas e se apropriar do bem e depreciá-lo com a retirada dos seus componentes, representa risco com essa atividade, contra as pessoas a quem consegue enganar como comerciante, assim agindo em prejuízo da credibilidade do comerciante, que deve exercer a profissão em benefício da coletividade e não ao contrário. A **consequência** foi grave, já que a **vítima** não foi restituída no bem, e não contribuiu para a ação do réu. Fixo a pena em dois (dois) anos de reclusão, sem atenuante. **Agravo em 6 (seis) meses, de acordo com o art. 61, inciso II, letra c), do Código Penal**, porquanto **dissimulou aluguel do bem, para enganar a vítima**, impossibilitando a defesa da vítima, para que ele, fazendo-se de locatário, tivesse a oportunidade de receber o bem e dele se apropriar sem que a vítima tivesse oportunidade de se defender e evitar o prejuízo. Sem diminuição. **Aumento em 8 (oito) meses de acordo com o inciso III, do §1º, do Art.168, do Código Penal**. Pena definitiva de **3 (três) anos e 2 (dois) meses de reclusão**, que cumprirá em regime **semiaberto** na Penitenciária Agroindustrial São João. Considerando que possui condição financeira, como comerciante de compra e venda de caminhões, condeno **na multa de 30(trinta) dias, o preço de R\$ 200,00(duzentos reais) o dia. (...)**

Da leitura da sentença, observa-se que o magistrado de primeiro grau fundamentou a aplicação da pena, nos termos do art.59 do CP, fixando a pena-base em 2 anos de reclusão, acima do mínimo legal, em razão da existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu. Vejamos a jurisprudência: **“Não sendo todas as circunstâncias judiciais do art.59 do CP favoráveis ao réu, não pode a pena-base ser fixada no mínimo legal”** (AC.70003924743, RJTJRGS 216/162).

E ainda:

*“O juiz tem poder discricionário para fixar a pena-base dentro dos limites legais, mas este poder não é arbitrário, porque o caput do art.59 estabelece um rol de oito circunstâncias judiciais que devem orientar a individualização da pena-base, de sorte que, quando todos os critérios são favoráveis ao réu, a pena deve ser aplicada no mínimo cominado; entretanto basta que um deles não seja favorável para que a pena não mais possa ficar no patamar mínimo”* (HC 76.196-GO, RTJ 176/174).

Considerando que a pena em abstrato para o crime de apropriação indébita é de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão, entendo que a pena-base foi



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

fixada de forma acertada pelo juízo de origem, ou seja, em 2 (dois) anos de reclusão.

Na segunda fase da dosimetria da pena, o magistrado agravou-a em 6 (seis) meses, por força do art.61, II, 'c' do CP (crime cometido à traição, emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido), sob o argumento de que o réu *"dissimulou aluguel do bem, para enganar a vítima, impossibilitando a defesa da vítima, para que ele, fazendo-se de locatário, tivesse a oportunidade de receber o bem e dele se apropriar sem que a vítima tivesse oportunidade de se defender e evitar o prejuízo"*.

Entendo, contudo, que tal argumento confunde-se com as razões da causa de aumento de pena respeitante ao inciso III do §1º do art.168 do CP, ou seja, quando o agente apropria-se indevidamente da coisa, **recebendo-a em razão de ofício, emprego ou profissão**.

Diante disso, tais circunstâncias devem ser aquilatadas na terceira fase da dosimetria da pena, a fim de evitar o *bis in idem*, vez que as razões expostas dizem respeito à causa de aumento estabelecida pela norma.

Assim sendo, entendo que inexistem atenuantes ou agravantes a serem consideradas.

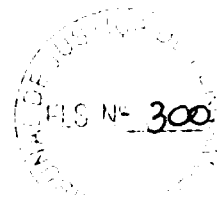
Na terceira fase da dosimetria, a pena deve ser aumentada em 1/3 (um terço) ante a norma do §1º do art.168 do CP, perfazendo o montante de **2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão**.

A pena deve ser cumprida em regime inicial **semiaberto**, ante as circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu – art.33, §3º do CP.

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência:

**HABEAS CORPUS. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. DOSIMETRIA DA PENA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. FIXADO REGIME INTERMEDIÁRIO PARA CUMPRIMENTO DA PENA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 1. Não há falar em constrangimento ilegal quando a fixação da pena-base acima do mínimo legal é fundamentada na existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis. 2. No caso, o Magistrado indicou como desfavoráveis os maus antecedentes, a personalidade e a conduta social, o que autoriza a exasperação da reprimenda. 3. A presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis permite a imposição de regime prisional mais gravoso ao réu, a teor do disposto no art. 33, § 3º, do Código Penal. 4. Na espécie, embora a sanção não alcance 4 (quatro) anos de reclusão, foi estabelecido o regime semiaberto para o início de cumprimento da privativa de liberdade. 5. Habeas corpus denegado. (HC 129.681/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 29/09/2009, DJe 19/10/2009)**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Ultrapassada essa questão, mantenho a quantidade de dias-multas fixados na sentença, ou seja, 30 (trinta), reformando, contudo, o valor de cada dia-multa, fixando-o em 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato para cada dia-multa.

Destarte, a pena definitiva do réu, RANIERY GOMES DE FARIAS, perfaz o montante de **2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto e 30 (trinta) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato para cada dia-multa.**

Com tais considerações, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO**, fixando a pena do acusado, RANIERY GOMES DE FARIAS, em **2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida em regime semiaberto, e 30 (trinta) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato para cada dia-multa.**

É como voto.

Recife, *19* de *Março* de 2013.

**Des. Antônio Carlos Alves da Silva**  
Relator



62  
F.L.S. Nº 301

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0252218-9**

**APELANTE: RANIERY GOMES DE FARIAS**

**APELADO: O Ministério Público Estadual**

**RELATOR: Des. Antônio Carlos Alves da Silva**

**REVISOR: Des. Antonio de Melo e Lima**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho**

**ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**VOTO DO REVISOR**

Trata-se de apelação interposta por RANIERY GOMES DE FARIAS, o qual restou condenado à pena de 3(três) anos e 02(dois) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 30(trinta) dias-multa, por sentença prolatada pelo Exmo. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE.

Nas razões recursais de fls. 259/274, a Ilma. Defensora Pública pede a absolvição do réu face à ausência de dolo, assegurando, ainda, inexistência de certeza sobre a autoria do delito. Alternativamente, pede a anulação da pena ou a sua redução.

O *Parquet* pugnou pela manutenção da sentença condenatória, conforme se vê das contrarrazões de fls. 277/278.

O douto Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, em parecer exarado às fls. 281/283, opinou pela improcedência do recurso.

Pois bem.

O Ministério Público denunciou RANIERY GOMES DE FARIAS, também chamado de Raniere Gomes de Farias, qualificado nos autos, dando-o como incurso nas penas do art. 168, §1º, inciso III, do Código Penal, acusado de, na condição de comerciante, no dia 09 de maio de 2007, como proprietário de loja de compra e venda de caminhões, ter se apropriado indevidamente de um caminhão marca Mercedes Benz, ano 1998, de placas MNW-5970, que havia alugado de *Elizabete dos Santos Pinheiro*.

1



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima**

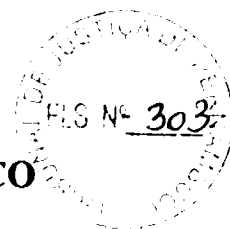
A inicial dá conta de que o acusado desmontou referido veículo repassando as peças sem autorização da proprietária. A vítima descobriu o crime após cobrar o aluguel que o acusado lhe devia e não pagou. Ao procurar o caminhão, este foi localizado em uma oficina totalmente depredado.

Diante da autoridade policial, a ofendida ELIZABETE DOS SANTOS PINHEIRO, às fls. 07/08, declarou ser proprietária do caminhão caçamba marca Mercedes Benz, de placas MNW-5970-PE, que alugou em junho de 2005 a RANIERY GOMES DE FARIAS, proprietário de uma loja de compra e venda de caminhões instalada em Jaboatão. Disse ela que o acusado deveria pagar o aluguel mensal do caminhão no valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) e que o mesmo só pagou até junho de 2006. Narrou que procurava pelo caminhão e o acusado dizia que o veículo estava no Estado das Alagoas. Em 09.05.2007, a vítima disse que esteve no endereço do acusado e o caminhão estava sem caixa de marcha, sem caçamba, sem o motor, sem o diferencial e sem os pneus e ali tomou conhecimento de que o réu já havia depenado vários caminhões de terceiros e que as vítimas não prestam queixa policial porque ele é pessoa perigosa, inclusive tem um irmão que é homicida.

Instada a juntar aos autos cópia de toda a documentação referente ao caminhão, bem como do contrato de locação do mesmo, a vítima apenas providenciou cópia autenticada do certificado de registro de veículo (fl. 83), tendo esclarecido que o contrato de locação fora celebrado verbalmente, conforme consta da certidão de fl. 82.

A denúncia foi então recepcionada em 16 de julho de 2008 (fls. 87/88), iniciando-se a instrução, tendo sido o réu interrogado ocasião na qual declarou que (fls. 110/112):

*“...alugou o caminhão Mercedes Benz, de placa MMW 5970, da Sra. Elizabete dos Santos Pinheiro em agosto de 2005. Que paga a quantia de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) mensais pelo aluguel do veículo. Que o veículo permanece com ele interrogado fazendo manutenção. Que ele interrogado ofereceu a devolução do veículo a Dona Elizabete dos Santos Pinheiro no ano de 2007, mas esta não aceitou a rescisão do contrato de locação porque ficou com medo de levar o veículo para frente de casa e o veículo ser tomado pelos herdeiros do companheiro dela Elizabete...; que a manutenção do*



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima**

*veículo a que ele interrogado se refere trata-se de serviço de pintura, que é da ciência da Sra. Elizabete, que inclusive compareceu com ele interrogado a respectiva oficina; que também foi feito serviço de manutenção da caixa de marcha e do diferencial do veículo; que o veículo está em perfeito estado de funcionamento só precisando colocar a caixa de marcha no local. Que os pneus do veículo estavam sem condição de rodar quando ele interrogado recebeu o veículo. Que ele interrogado colocou rodagem nova por mais de uma vez no veículo... ”.*

A versão do réu cai por terra diante das declarações ofertadas pela vítima em juízo, corroborando o apurado em sede policial. Vejamos(fl. 144/145):

*“...que o acusado pagou um ano a locação do veículo e depois deixou de pagar porque quis. Que o acusado está devendo aluguel a partir de julho de 2006. Que o acusado nunca lhe chamou para tratar da rescisão do contrato de locação do caminhão e dizia que o caminhão estava no estado das Alagoas. Que foi a Sra. Elizabete Albuquerque Siqueira que é proprietária do imóvel onde o acusado tem a loja na estrada da batalha nesta cidade, de que o acusado tinha desmontado o seu caminhão e estava vendendo as peças do veículo. Que ela depoente ia procurar o acusado para receber o aluguel no endereço da estrada da batalha e lá passava o dia todo e o acusado não comparecia e dizia que estava viajando;...que ela depoente compareceu no endereço da estrada da batalha nº 189, no dia 1º de setembro de 2008, para receber o caminhão prometido pelo acusado.... não pôde retirar o caminhão porque estava todo depenado: o caminhão estava faltando o Cardan, a caçamba. Que toda a parte elétrica do carro não está funcionando. Que o motor do caminhão está batido... ”.*

A testemunha ELIZABETE ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA, perante a autoridade judiciária declarou que(fl. 145/146):

*“...o Sr. Raniere trabalha com ferro velho e consertos de caminhões. Que ela depoente viu o caminhão da Sra. Elizabete Santos Pinheiro no estabelecimento comercial do Sr. Raniere ali na estrada da batalha nº 189. Que a Sra. Elizabete lhe disse que tinha alugado o*

*[Assinatura]*  
3



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima**

*caminhão ao Sr. Ranieri. Que o caminhão é da marca Mercedes Benz e tipo caçamba para carregar areia, pedras e outras mercadorias e era dirigido pelo motorista do Sr. Ranieri. Que D. Elizabete Santos comparecia para receber o aluguel do caminhão, que o Sr. Ranieri pagava no começo do contrato mas depois deixou de pagar. Que o Sr. Ranieri retirou o caminhão do local e colocou em outro local, mas ela depoente soube onde estava e avisou a D. Elizabete Santos. Que o caminhão estava dentro de um mato, todo desmontado, próximo da casa dela depoente, no outro lado da rua, oposta a estrada da batalha."*

A testemunha DIMAS BATISTA DA SILVA em juízo asseverou que(fl. 146):

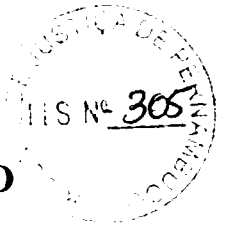
*"...o caminhão da Sra. Elizabete Santos foi deixado no terreno onde ele depoente tinha o serviço de reciclagem; que ele depoente veio a saber que aquele caminhão pertencia a Sra. Elizabete porque esta lhe falou após a polícia ali aparecer:...que o caminhão ficou ali parado. Que foram roubadas algumas peças do caminhão..."*

O caminhão foi submetido à perícia, cujo laudo encontra-se às fls. 189/200, o qual contém algumas ilustrações fotográficas. Dito exame concluiu que o veículo *apresentava ausência de diversos componentes funcionais, o que impossibilitava a sua utilização, pois entre outros sistemas, o conjunto motriz não estava em condições de funcionamento – ausência de partes do motor, da cabine, do sistema de ar comprimido e de cinco rodas, o que impossibilitava o funcionamento e a utilização do veículo.*

De agora em diante, vejamos como a doutrina delimita a existência do dolo no crime de apropriação indébita.

**Damásio de Jesus** expõe apenas que o **dolo** é genérico e deve ser posterior a conduta de possuir:

O crime só é punível a título de dolo, vontade livre e consciente de o sujeito se apropriar de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção. O dolo deve ser contemporâneo com a conduta de apropriação. Se o sujeito já recebe a coisa a título de posse ou detenção, com finalidade de apropriar-se dela, responde por estelionato. É o denominado dolo *ab initio* (Direito penal. v.2. 29.ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 423).



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima**

---

**Mirabete** sintetiza com propriedade que:

O dolo do delito é a vontade de apropriar-se da coisa alheia móvel. A ausência do *animus rem sibi habendi* exclui, subjetivamente, a apropriação indébita. Se o *animus* é anterior a transferência da posse (*dolo ab initio*), ocorrerá estelionato, sendo o contrato (que o agente não deseja cumprir) o meio que possibilita ao sujeito o apossamento da coisa. O crime só se configura quando devidamente comprovado que a intenção do agente era apoderar-se da *res*, tornando-se seu dono. Assim, a simples inexecução de serviço contratado, tendo por objeto coisa recebida pelo sujeito, não tipifica o ilícito capitulado.

Exige-se, para a apropriação indébita, o elemento subjetivo do tipo (dolo específico), ou seja, a vontade de ter, como proprietário, a coisa para si ou para outrem. O dolo revela-se pela disposição do agente, que inverte o título da posse (Manual de direito penal. v.2. 28.ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 255).

**Fernando Capez** leciona que:

[o elemento subjetivo] é apenas o dolo, consubstanciado na vontade livre e consciente de apropriar-se da coisa alheia móvel, o que pressupõe a intenção de apoderar-se da *res*, o propósito de assenhorar-se dela definitivamente, ou seja, de não restituir, agindo como se dono fosse, ou de desviá-la do fim para que foi entregue. É o denominando *animus rem sibi habendi*. O tipo penal não exige qualquer fim especial de agir (elemento subjetivo do tipo). Para autores como E. Magalhães Noronha, o verbo *apropriar* contém o dolo específico (elemento subjetivo do tipo), consistente na vontade de obter proveito para si ou para outrem, pois do contrário outro crime configurar-se-á. Assim, 'quem retém um objeto, a que julga ter direito, ao invés de recorrer à justiça, pode cometer exercício arbitrário das próprias razões, mas não pratica apropriação indébita (Curso de direito penal. v.2. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 506)

Das lições doutrinárias transcritas, observa-se que para configurar o crime de apropriação indébita, o dolo deverá ser posterior a posse do bem.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima**



O conjunto probatório demonstra que o réu agiu com dolo de apropriar-se de coisa alheia móvel porquanto a vítima tentava estabelecer contato com o acusado, que se esquivava, nunca estava em seu local de trabalho e, indagado sobre aonde estava o bem, o réu afirmava que no estado de Alagoas, passando, na verdade, a agir como o proprietário do veículo.

Dessa forma, as provas colacionadas aos autos derrubam a tese do recorrente. Ora, não persiste a mínima dúvida de que ele utilizou, como se proprietário fosse, o caminhão que deveria ter restituído à vítima quando por esta solicitado.

Não há como acolher, portanto, o pedido de absolvição.

**DA PENA APLICADA**

Diferentemente do sustentado pela defesa, não enxergo qualquer mácula insanável na dosimetria levada a efeito no 1º grau.

Relativamente à pena imposta, foi cumprido o princípio insculpido no art. 5º, XLVI, da CF/88, que trata de individualização da pena.

O Exmo. Juiz de Direito observou a regra contida no art. 68, do CPB, relativa ao sistema trifásico de aplicação da reprimenda: fixou a pena base atendendo ao critério do art. 59, do CPB; na etapa seguinte, considerou a circunstância agravante insculpida no art. 61, II, c, do CPB, e, por fim, reconheceu a causa de aumento de pena do § 1º, III, do art. 168, do CPB.

**Não há razão, portanto, para a pretendida anulação da pena.**

De outro lado, assiste razão, em parte ao recorrente, quanto ao pleito de redução da reprimenda.

Afora as circunstâncias judiciais próprias do tipo penal, a personalidade do agente desponta como desfavorável, de forma a autorizar a manutenção da pena-base fixada pelo MM. Magistrado *a quo*, em 02 (dois) anos de reclusão.

Na segunda fase, deve ser excluída a agravante indevidamente reconhecida porquanto já integra o próprio tipo penal qualificado em questão.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima**

---

Já na última etapa, em face da causa de especial aumento descrita no inciso III, do § 1º, do art. 168 do CP, majora-se a reprimenda em 1/3 (um terço), ou seja, **02(dois) anos e 08(oito) meses de reclusão**, mantida a pena de multa.

O regime inicial de cumprimento da pena deve mesmo ser o **semiaberto**, em face da existência de circunstância judicial desfavorável ao réu.

Diante do exposto, apesar do competente parecer da Procuradoria de Justiça, **DOU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO** para reduzir a pena do recorrente para 02(dois) anos e 08(oito) meses de reclusão, em face da exclusão da agravante do art. 61, II, alínea c, do CPB, restando mantida, no mais, a sentença condenatória proferida.

**É como voto.**

Recife, 19 de maio de 2013

**Des. Antonio de Melo e Lima**  
**Revisor**